



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

PARECER JURÍDICO Nº 04/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO, PREENCHIMENTO E ENVIO DAS GFIPS/SEFIP, PREENCHIMENTO DE GPS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO 2022, PREENCHIMENTO E ENVIO DA DIRF E RAIS/2021, PARA ATENDER OS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE/SE.

A Câmara Municipal de Poço Verde, em atenção ao que dispõe o art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, encaminhou à assessoria jurídica desta Câmara Dispensa nº 005/2021 para exame e emissão de parecer jurídico.

Considerando que cabe a Assessoria Jurídica analisar todas as minutas de editais, contratos, acordos, convênios e ajustes a serem realizados pela Administração Pública, manifesta-se este assessor acerca do procedimento de contratação de empresa para prestação de serviços de processamento de dados da folha e pagamento e informações correlatas, com a finalidade de atender a demanda da Câmara Municipal, mediante Processo de Dispensa, conforme preleciona o Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Sobre a hipótese legal de dispensa de licitação aplicável ao caso concreto, cita-se a previsão do art. 24, inciso II da Lei nº 8666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Analisando os documentos acostados aos autos, verificamos que a referida dispensa de licitação se adequa ao disposto legal, vez que estão comprovados o nexo entre a natureza da instituição e o objeto contratado, bem como a compatibilidade com os preços de mercado.

A administração, mediante o procedimento de dispensa cuidou de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais sem desrespeitar os princípios da moralidade e isonomia.




CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Do exposto, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos **OPINO** pela **REGULARIDADE** do procedimento, até o presente momento, desde que cumpridos os requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Salvo melhor Juízo;
É o Parecer.

Poço Verde/SE 03 de janeiro de 2022


JOÃO BOSCO FREITAS LIMA
ADVOGADO – OAB/SE. 2927

